COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 5.319, DE 2016

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, tornando o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial.

Autora: Deputada MARIA HELENA
Relator: Deputado SEVERINO NINHO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da Deputada Maria Helena, tem o propósito de adicionar novo parágrafo ao art. 65 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”, com a finalidade de tornar o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Defesa do Consumidor, devendo ser apreciada em seguida pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e pela douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tramita em regime ordinário (Arts. 54 e 24, II do RICD), estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

No âmbito desta Comissão, por força do art. 32, V, “b”, do RICD, compete-nos, no caso em tela, apreciar a proposição quanto aos aspectos relacionados com as relações de consumo e medidas de defesa do consumidor.

Decorrido o prazo regimental de cinco sessões, compreendido no período de 10 a 21 de junho do corrente ano, não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise vem a esta Comissão porque, se aprovado, certamente resultará em grandes benefícios ao consumidor brasileiro que atualmente é um assíduo usuário dos serviços de banda larga, tão necessários nos termos modernos em que estamos vivendo nesta era dos aplicativos e das redes sociais no mundo da internet.

Pois bem, diante desse contexto de quase absoluta dependência tecnológica nos qual estamos inseridos, parece-nos que a proposição apresentada pela Deputada Maria Helena é extremamente oportuna e vem ao encontro de um antigo anseio da população brasileira no sentido de ser favorecida com um maior e melhor fornecimento do serviço de acesso à internet em banda larga e, além disso, tê-lo considerado como uma prestação de um serviço essencial, dada a sua importância para o cotidiano das pessoas.

A discussão acerca da essencialidade da prestação dos serviços de acesso à internet em banda larga é extremamente atual e oportuna, na medida em que recentemente as operadoras que prestam tais serviços ao consumidor brasileiro começaram um forte movimento de limitação da franquia de dados nos contratos de banda larga fixa. Essa atitude causou uma forte reação no mercado consumidor e fez por merecer contundentes e indignadas manifestações de entidades e órgãos de defesa do consumidor, bem como do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nesse sentido, de acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), desde dezembro de 2015, a questão da limitação da franquia de dados nos contratos de banda larga fixa pelas operadoras entrou na pauta do Grupo de Trabalho Consumo e Telecomunicações da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, subordinada ao Ministério da Justiça, e o anúncio de alterações nos termos dos contratos firmados junto aos

consumidores brasileiros deve passar por uma ampla discussão. Ainda de acordo com o pesquisador em Telecomunicações do Idec, Rafael Zanatta, qualquer medida unilateral em acordos vigentes violaria o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, especialmente aqueles que preveem mudanças de preços dos serviços. Além disso, as empresas operadoras que atuam no mercado brasileiro não podem usar da franquia de dados como um instrumento para precificar o consumo e segmentar a capacidade de compra.

Diante desse cenário recente que indica uma clara ameaça à qualidade da prestação dos serviços de banda larga ao consumidor brasileiro, o Idec ainda alerta que tais limitações poderão implicar na fragmentação da prestação do serviço de acesso à internet no País entre os consumidores que podem acessar serviços de qualidade e intensivos e aqueles que não poderão. O Idec cita, como exemplo, que o consumidor com menos renda será obrigado a assistir menos vídeos e gastar menos dados, o que reforça as desigualdades existentes no Brasil, além de contrariar os princípios do uso da internet garantidos por lei, conforme afirmou o pesquisador Zanatta.

Pois bem, há também que se atentar para o fato de que o próprio Idec entende que os contratos que preveem desconexão da internet, após o consumidor atingir o limite da franquia de dados, são ilegais. Segundo aquele Instituto, tais cláusulas violariam o Marco Civil da Internet (art. 7º, IV, Lei nº 12.965/2014), que estabelece que o usuário só poderá ser desconectado por indébito (atraso de conta) e não por limitação de franquia.

Ainda no sentido de proteger o acesso do cidadão brasileiro que é consumidor dos serviços de banda larga, destacamos trecho da justificção da proposição em apreço, no qual a Autora ressalta, com muita propriedade, a necessidade de se buscar a atualização dos termos, claramente anacrônicos, da Lei Geral de Telecomunicações:

“(…) As tecnologias foram mudando e o mundo também. Os serviços de acesso à internet em banda larga, tanto fixos como móveis, ganharam especial importância, de forma que, nos dias de hoje, não se pode admiti-los como não essenciais. Nossa legislação precisa, com urgência, de atualização para que os pressupostos de continuidade e de universalização possam ser estendidos também aos serviços de acesso à internet em banda larga.

Este é exatamente o objetivo do presente Projeto de Lei que submetemos à apreciação desta Casa Legislativa. Pretendemos inserir novo dispositivo à LGT para que os serviços de acesso à internet em banda larga sejam considerados essenciais de interesse coletivo, para que sejam massificados e garantidos com requisito de continuidade. Temos a plena convicção de que sua utilização pela sociedade brasileira mais que clama por esta necessidade. (...)”

Face às considerações acima, consideramos ser adequado apresentar um substitutivo, com a preocupação de aprimorar alguns aspectos de técnica legislativa da proposição, uma vez que julgamos necessário ajustar a ementa do PL, além de alterar a referência a um novo § 1º-A, conforme prevista na redação original do PL, para considerar a mesma redação na forma de um novo § 3º, em consonância com o que prevê o art. 12 da Lei Complementar nº 95/98.

No mesmo sentido, também consideramos oportuna a indicação de uma fonte de receita para atender aos propósitos do PL e suprir as demandas decorrentes do dispêndio de caixa para a realização de investimentos das operadoras em redes de acesso à internet por banda larga, bem como em infraestrutura de redes e sistemas.

Por tal razão, fazemos menção à utilização dos recursos necessários para implementação da infraestrutura necessária à operacionalização das diversas modalidades de prestação de serviço de acesso à internet em banda larga, os quais seriam providos pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, nos termos admitidos pelo art. 6º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, que prevê expressamente que os recursos do Fundo serão aplicados exclusivamente no setor de telecomunicações.

A propósito, convém registrar que, nos últimos anos, a arrecadação do Funttel é crescente e já acumula quase três bilhões de reais, de acordo com os números abaixo¹:

ANO	ARRECADAÇÃO
2010	421.082.386,83
2011	493.803.588,12
2012	548.574.810,44
2013	547.698.331,29
2014	574.654.920,14
2015*	390.141.795,79
TOTAL	2.975.955.832,61

(*) Valores em Reais e apurados até agosto de 2015.

Fonte: Sistema de Arrecadação do Funttel – SAF e Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Diante de todo o exposto, somos favoráveis à **aprovação** do PL nº 5.319/16, nos termos do Substitutivo que ora apresentamos anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado SEVERINO NINHO
Relator

2016-15105.docx

¹ De acordo com dados extraídos do Relatório Final do Grupo de Trabalho entre o Ministério das Comunicações e Anatel, denominado “Alternativas para a Revisão do Modelo de Prestação de Serviços e Telecomunicações”, publicado pelo Ministério das Comunicações em 2016 - pág. 118.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.319, DE 2016

Acrescenta novos §§ 3º e 4º ao art. 65 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”, para fins de tornar o serviço de acesso à internet em banda larga como essencial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta novos §§ 3º e 4º ao art. 65 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”, tornando como essencial o serviço de acesso à internet em banda larga.

Art. 2º O art. 65 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 65.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Incluem-se nos serviços essenciais de interesse coletivo, previstos no § 1º deste artigo, as diversas modalidades de prestação de serviço de acesso à internet em banda larga.

§ 4º Os recursos necessários para implementação das diversas modalidades de prestação de serviço de acesso à internet em banda larga, conforme previsto no parágrafo anterior, serão providos pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funntel, nos termos admitidos pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, de acordo com a regulamentação pertinente”. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 1 (um) ano de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2017

Deputado **SEVERINO NINHO**
Relator